



73

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

---

**HABEAS CORPUS Nº 0003358-37.2014.8.17.0000 (0331905-9)**

**COMARCA:** Arcoverde –Vara Criminal

**IMPETRANTE:** José Olímpio Santos e outro

**PACIENTE:** Joel Cesário da Silva

**PROCURADOR:** Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. LATROCÍNIO. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. DESNECESSIDADE DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES À OBTENÇÃO DA LIBERDADE. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

I - A assertiva da negativa de autoria não pode ser apreciada pela via eleita, eis que tal questão envolve, como se sabe, dilação probatória, sendo, pois, incompatível com a celeridade que se impõe ao remédio heróico, nos termos da Súmula 080-TJPE.

II - Há indícios suficientes da autoria delitiva atribuída ao Paciente, não carecendo do juízo de certeza para a decretação da medida extrema.

III - Não há que se falar em desnecessidade da custódia preventiva, por ausência dos motivos que a justificam, eis que o Togado monocrático alicerçou o Decreto Constritor na garantia da ordem pública, em face da periculosidade concreta do ora Paciente, evidenciada pelos *modus operandi* do delito, tendo em vista que o acusado supostamente agrediu a vítima, uma senhora de 92 (noventa e dois) anos, a fim de subtrair-lhe dinheiro, vindo esta a falecer posteriormente em razão da gravidade das lesões perpetradas. Precedentes do STJ.

IV - Manifesta a necessidade da segregação provisória, a existência eventual de atributos pessoais favoráveis não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade do Paciente. Precedentes do STJ.

V - Em face do mesmo argumento, mostra-se inadmissível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual.



74

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

---

V – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de 0003358-37.2014.8.17.0000 (0331905-9), no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Relator**



75

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

---

**HABEAS CORPUS Nº 0003358-37.2014.8.17.0000 (0331905-9)**

<b>COMARCA:</b>	Arcoverde –Vara Criminal
<b>IMPETRANTE:</b>	José Olímpio Santos e outro
<b>PACIENTE:</b>	Joel Cesário da Silva
<b>PROCURADOR:</b>	Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
<b>RELATOR:</b>	Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado pelos Béis. José Olímpio Santos e João Batista Mendes de Oliveira Júnior, em favor de **JOEL CESÁRIO DA SILVA**, qualificado às fls. 19, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Arcoverde/PE, nos autos da Ação Penal nº 0004412-91.2013.8.17.0220, a que o Paciente responde pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 3º (2ª parte) (*latrocínio*), do Código Penal.

Em síntese, alegam os impetrantes (fls. 02/17) que o Paciente, preso preventivamente desde **10/10/2013** (fls. 59), está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, eis que ausentes os motivos que autorizam sua custódia cautelar (CPP – art. 312), além de existentes as condições pessoais favoráveis da residência fixa, trabalho lícito e primariedade.

Argumentam que o Paciente está sendo injustamente acusado de crime que não cometeu, aduzindo que a representação da custódia cautelar da Autoridade Policial baseou-se somente no depoimento do filho da vítima, denotando a insuficiência probatória que respalde a imputação.

Ademais, alegam que o réu nunca se recusou a comparecer perante a Autoridade Policial, apresentando-se, inclusive, espontaneamente à Delegacia, ocasião em que não foi interrogado, o que demonstra que o Paciente não tinha intenção de fugir do distrito da culpa.

Sustentam, ainda, ter sido ajuizado pleito de revogação da medida extrema na Instância primária, o que foi negado (fls. 59/60), pelo que pugnam pela concessão da Liberdade Provisória.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 18/39.

Na Decisão Interlocutória de fls. 46/48, indeferi o pleito liminar, ocasião em que solicitei informações à autoridade tida coatora, que as prestou (fls. 56/60), relatando o trâmite processual.



76

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

---

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou Parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 64/69).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

---

Como relatado, cuida-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de **JOEL CESÁRIO DA SILVA**, mediante o qual se alega que o Paciente não cometeu o crime em tela, bem como a desnecessidade da custódia cautelar, em face da ausência dos motivos que a legitimam, além de estarem assentes condições pessoais favoráveis, pelo que se busca a concessão da Liberdade Provisória.

**Razão não assiste ao impetrante.**

Não consta nos autos a Denúncia, porém nas informações prestadas pelo Juiz Singular (fls. 56/60), narra-se que, no dia **14/09/2013**, por volta das 19h30min., no Sítio Olho D'aguinha, localizando no município de Arcoverde, o acusado **JOEL CESÁRIO DA SILVA**, invadiu a casa da vítima **Maria Arcanja da Conceição**, de 92 (noventa e dois) anos idade, e, mediante violência e grave ameaça, subtraiu a quantia de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Consta que o réu agrediu violentamente a vítima para que ela lhe informasse onde escondia o dinheiro. Após o roubo, o acusado puxou a idosa pelos cabelos e arrastou-a do quarto até a estrada próxima à residência, onde foi encontrada gravemente ferida por populares. A vítima veio a óbito, em decorrência da severidade das lesões, em **30/09/2013**, no Hospital da Restauração, localizado nesta Capital.

Relata, ainda, o Togado Monocrático, que, em **18/09/2013**, um dos filhos da vítima, **Expedito de Siqueira**, compareceu à Delegacia de Polícia e registrou um Boletim de Ocorrência, noticiando o crime e apontando o ora Paciente como autor do fato.

Vejamos.

Destaco, inicialmente, que a alegação de negativa de autoria não pode ser apreciada pela via eleita, eis que tal questão envolve, como se sabe, dilação probatória, sendo, pois, incompatível com a celeridade que se impõe ao remédio heróico, havendo inclusive entendimento sumular desta Corte nesse sentido <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Súmula 080-TJPE: A restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria.



77

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

---

Há indícios suficientes de autoria, conforme aduzido pelo Magistrado Singular, em face das declarações minuciosas do filho da vítima, não carecendo, como se sabe, de certeza quanto à autoria delitiva para a decretação da medida extrema.

Da Decisão monocrática impugnada (fls. 57/59), prolatada em **08/10/2013**, em atendimento à representação da Autoridade Policial, verifica-se que o Magistrado singular pautou a constrição excepcional na **garantia da ordem pública**, considerando a gravidade concreta do delito e seu *modus operandi*, assim como na **conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal**, “*porque segundo a autoridade policial foram realizadas diligências no intuito de localizar o criminoso, mas não obteve êxito, com isso demonstra que há risco para instrução do feito e aplicação concreta da lei*”.

Nota-se que o aludido *Decisum* Constritor, apesar de conciso, restou suficiente e concretamente fundamentado no ***modus operandi* do delito**, que indica **periculosidade concreta**, eis que a vítima era uma idosa de 92 (noventa e dois) anos que foi supostamente agredida pelo réu, dentro de sua própria residência, para que revelasse onde guardava o seu dinheiro, além de ser arrastada em via pública, tendo falecido, posteriormente, em decorrência das lesões sofridas, o que recomenda seja mantida a privação provisória da liberdade do ora Paciente (HC 261.883/RJ, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 22/03/2013).

Em relação aos demais argumentos apresentados para fundamentar a segregação cautelar, não há dados concretos que os respaldem, tendo em vista que, apesar da informação policial de que não localizou o ora Paciente, vê-se que o mesmo foi interrogado na mesma data que foi decretada sua prisão preventiva (fls. 22/23 e 59).

Na oportunidade em que negou a concessão de Liberdade Provisória (fls. 59/60), o Juiz Singular reiterou os fundamentos da segregação preventiva, mantendo-a pelos motivos originais, considerando-os inalterados. Portanto, não se configurou a ausência de fundamentação alegada pelos impetrantes.

Impõe-se registrar que, sendo necessário o encarceramento provisório, para a garantia da ordem pública, a existência eventual de **atributos pessoais favoráveis** não o elide, assegurando, isoladamente, a liberdade (HC 260.436/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 27/02/2013; e **Súmula 086-TJPE**). Ademais, *in casu*, os impetrantes sequer comprovaram os atributos alegados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
*Terceira Câmara Criminal*

78

Em face do mesmo argumento, mostra-se **incabível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão**, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual<sup>2</sup>.

Note-se, ainda, que conforme assinalou a douta Procuradoria de Justiça (fls. 68), o feito está com sua marcha processual regular, aguardando a realização da Audiência de Instrução e Julgamento para o dia **01/07/2014**, conforme inclusive assinalou o Togado Monocrático (fls. 60).

Ante o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Relator**

---

<sup>2</sup> CPP, Art. 282. § 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).